



Colégio
M0001

Sala
0001

Ordem
0001

Maio/2025

Concurso Público para Provimento de Cargos
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado
Especialidade Tecnologia da Informação

Nome do Candidato _____
Caderno de Prova 'Q17', Tipo 004

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-004

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Não seja melhor que ninguém, seja apenas diferente e lute pelos seus objetivos.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
 - Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
 - Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, caneta marca texto, líquido corretivo, régua, borracha ou calculadora durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não serão permitidas nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo – uma apresentação ao livro **Mar sem fim**, de Amyr Klink.

O moço e o mar

*Poucas pessoas poderão ter gozado da solidão como uma alternativa, ou seja, do convívio exclusivo consigo mesmo, com o usufruto de um prazer tão completo como faz Amyr Klink em suas longas viagens a bordo do barco Paratii. Este livro – **Mar sem fim** – descreve a viagem que começou em 31 de outubro de 1998 e durou cinco meses.*

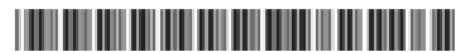
Nela, ele deu a volta ao mundo mais curta, mais rápida e mais difícil que poderia ser feita, circunavegando a Antártica – muitas vezes tentada, nunca conseguida. Foi conviva das estrelas, cruzou neblinas, nevascas e geleiras, e desafiou mares temperamentais.

Nada do que tiver contemplado nas breves paradas na Geórgia do Sul, ou do que possa ter restado de exótico na ilha de Bouvetoya, a mais isolada do planeta, será suficientemente inédito para ter impressionado o argonauta, muito mais ilhado ele mesmo do que aquele território ignoto e inóspito. Por mais surpreendentes que possam ser a flora e a fauna marinhas, que o marinheiro encontrou protegidas da loucura furiosa da humanidade predadora de pés firmes no chão, nada terá superado a graça que ele achou nos porões da própria alma, ao atravessar com destemor, mas com respeito, as fronteiras da vida.

Quem concorde com a dura frase em que Sartre afirma que “o inferno são os outros” está convidado a visitar o céu que cada um contém em si mesmo e que Amyr Klink se dispôs a nos revelar em mais este fascinante relato de seu caso de amor com o mar. A saga desse brasileiro transporta a mitologia grega para nossos dias, nos induzindo a crer com sua viagem que o fardo de viver pode ser mais leve, intrépido e digno de ser carregado.

(Adaptado de: NÉUMANE, José. In: KLINK, Amyr. **Mar sem fim**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, orelha)

1. A frase *Nada do que tiver contemplado será suficientemente inédito* conservará uma correta articulação entre os tempos verbais caso se substituam as formas sublinhadas, respectivamente, por:
 - (A) contemplaria / será
 - (B) contemple / teria sido
 - (C) tivesse contemplado / seria
 - (D) fosse contemplar / é
 - (E) viesse a contemplar / terá sido
2. Afirma-se que *Poucas pessoas poderão ter gozado da solidão* como Amyr Klink porque este
 - (A) levou a cabo com a navegação solitária uma exploração científica dos fenômenos marítimos.
 - (B) contemplou a poesia da natureza isolando-se e navegando por mares jamais explorados.
 - (C) navegou de modo aventureiro pelos mares do mundo, observando e estudando a natureza.
 - (D) realizou sua paixão pelo mar estendendo sua saga também para o interior de si mesmo.
 - (E) planejou viajar sozinho pelos mares para superar a dependência que temos uns dos outros.
3. A frase de Sartre “o inferno são os outros” pode encontrar uma razão de ser quando se considera a expressão do texto
 - (A) *loucura furiosa da humanidade predadora* (3º parágrafo).
 - (B) *nos porões da própria alma* (3º parágrafo).
 - (C) *a volta ao mundo mais curta, mais rápida e mais difícil* (2º parágrafo).
 - (D) *muitas vezes tentada, nunca conseguida* (2º parágrafo).
 - (E) *território ignoto e inóspito* (3º parágrafo).
4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *atravessar com destemor, mas com respeito* (3º parágrafo) = cruzar com temor raro, porém com dignidade.
 - (B) *nos induzindo a crer* (4º parágrafo) = levando-nos a intuir.
 - (C) *gozado da solidão como uma alternativa* (1º parágrafo) = optado por uma vantagem subjetiva.
 - (D) *Foi conviva das estrelas* (2º parágrafo) = convocou a vivacidade dos astros.
 - (E) *será suficientemente inédito* (3º parágrafo) = terá originalidade bastante.



5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Abrigaram-se nos porões de sua alma de navegante a graça de cruzar os mares.
 - (B) Não move a um navegante como Amyr Klink advertências como as de Sartre.
 - (C) A muitos navegadores tentou a façanha marítima enfim conseguida por Amyr Klink.
 - (D) São dadas a poucas pessoas gozarem da solidão como uma alternativa.
 - (E) Eram no convívio das estrelas e no cruzar das neblinas que Amyr Klink fez sua travessia.

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto seguinte.

O individualismo e as instituições

Quando as instituições são frágeis e não funcionam, podem prevalecer as amarras da prepotência e do oportunismo violento. Na falta de normas legais que funcionem, na falta de uma representação atuante e legítima do Estado na vida social, a condição da "terra sem lei" tende à barbárie.

Exemplo disso forneceu o cinema norte-americano quando, em meados do século passado, inundou o mundo e a imaginação popular com filmes do gênero "western", supostos documentários da conquista do oeste. Uma situação padrão era representada nesses filmes: na pequena e remota cidade recém-formada, o poder local era manipulado por malfetores poderosos, que submetiam aos seus interesses o xerife e a o juiz. A "lei" servia assim de fachada para o império da autocracia e do crime, e a impunidade ameaçava ser eterna.

Mas eis que chegava o "mocinho": um homem vindo não se sabe de onde, solitário, lacônico, hábil no manejo das armas, intrépido, capaz de enfrentar e derrotar sozinho os poderosos locais – o que fazia com bravura e frieza, até deixar a cidade pacificada e sumir para sempre no horizonte, sob o olhar dos cidadãos agradecidos.

A "mensagem" desses filmes? Haveria, dentro de indivíduos especiais, um impulso natural para a justiça e a virtude, capaz de mudar a ordem das coisas. As virtudes inatas dessa liderança singular refundariam as instituições suprimidas. A figura de um herói solitário estaria na base da legitimação da ordem pública, quando esta fosse comprometida. Não deixa de ser uma forma de atribuir a uma liderança pessoal a missão de promover as instituições que tenham por escopo o bem público. Dito de outro modo: a moralidade desejável das instituições sociais já estaria presente, em germen, no indivíduo essencialmente virtuoso, capaz de reconduzir uma comunidade a um patamar da civilização.

(Bruno Rosa de Alcântara, a editar)

6. *As virtudes inatas dessa liderança singular refundariam as instituições suprimidas.*

O sentido básico, a coesão e a coerência da frase acima estão preservados nesta outra redação:

- (A) Desde que as refunda, as virtudes singulares de uma liderança demoveriam as instituições.
- (B) Desde que removidas, as instituições demandam a liderança singular de virtudes inatas.
- (C) Instituições superadas podem ser salvas pela singularidade de virtudes adquiridas.
- (D) Uma liderança especial, naturalmente virtuosa, recuperaria o valor de instituições extintas.
- (E) Uma vez abaladas, as instituições removeriam a singular virtude das lideranças inatas.

7. O cinema norte-americano é referido no texto para exemplificar, por meio dos filmes do gênero "western",
- (A) a corrupção e a violência com que as próprias instituições se deixavam marcar ao longo da expansão territorial.
 - (B) o malogro de uma prontidão individual ao pretender agir de forma corretiva sobre uma comunidade corrompida.
 - (C) as violências de uma terra sem lei e o providencialismo vitorioso de uma virtuosa iniciativa individual.
 - (D) a possibilidade de documentarem fielmente os usos e costumes de uma empreitada social civilizatória.
 - (E) a fundação emergencial das primeiras colônias do oeste, quando sequer contavam com autoridades locais.

8. Constitui-se um **paradoxo** na seguinte formulação:

- (A) a virtude solitária está na raiz da concepção do "mocinho" do cinema.
- (B) a saga dos mocinhos do cinema norte-americano supõe um padrão de conduta.
- (C) sendo frágeis as instituições, prevalecem as amarras da prepotência.
- (D) nos primeiros povoados predominava a manipulação dos poderes.
- (E) um voluntarismo pessoal propicia a ordenação dos interesses públicos.



9. *Os malfeitores poderosos submetiam a seus interesses o xerife e o juiz.*

Sem prejuízo para a correção e a coerência, pode-se substituir a expressão sublinhada na frase acima por

- (A) expunham com seus interesses
- (B) subjugavam com seus interesses
- (C) consideravam como interessados
- (D) subordinavam diante de seus interesses
- (E) sujeitavam seus interesses para

10. *A lei servia assim de fachada, e a impunidade ameaçava ser eterna.*

Reescrevendo-se com coerência o período acima, de modo a iniciá-lo por **A impunidade ameaçava ser eterna**, o enunciado complementar deverá ser

- (A) enquanto a lei servia de fachada.
- (B) de modo a servir a lei como fachada.
- (C) conquanto a lei servisse como fachada.
- (D) para a lei vir a servir de fachada.
- (E) ainda que a lei servisse de fachada.

Matemática e Raciocínio Lógico

11. Em uma repartição pública, um funcionário atende 18 pessoas em uma média de 90 minutos. Supondo que os atendimentos sejam semelhantes, espera-se que esse mesmo funcionário atenda 24 pessoas em

- (A) 2h00min
- (B) 2h10min
- (C) 2h30min
- (D) 3h00min
- (E) 2h20min

12. As idades dos amigos Ana, Bruno, Carla, Denise, Eduardo e Fábio são crescentes e nessa ordem, ou seja, Ana é mais nova do que Bruno que é mais novo do que Carla e assim por diante. A diferença entre as idades de Ana e Fábio é de 12 anos, entre Ana e Carla é de 4 anos, entre Carla e Eduardo é de 6 anos, entre Bruno e Denise é de 4 anos e entre Denise e Fábio é de 5 anos. Se Ana tem 15 anos, a idade média dos 6 amigos é

- (A) 22
- (B) 19
- (C) 23
- (D) 20
- (E) 21

13. O valor da expressão numérica

$$120 \div \{\sqrt{9} \times [-9 + 17 \div (-2 + 5)]\} - [7 \times (-3) - 16 \div (-2) + 2]$$

é

- (A) 0
- (B) -2
- (C) 2
- (D) 1
- (E) -1



14. Bruno dividiu suas bolinhas de gude em grupos de 3 bolinhas e sobraram duas. Depois as dividiu em grupos de 5 e sobrou uma bolinha. O menor número de bolinhas que Bruno deve adquirir para poder dividir o total de bolinhas em grupos de 3 ou em grupos de 5 sem sobrar bolinhas é
- (A) 5
(B) 4
(C) 2
(D) 1
(E) 3
-
15. José ganhou na loteria R\$ 15.000,00. Deu $\frac{1}{3}$ de presente para sua esposa e $\frac{1}{5}$ do que sobrou para sua filha. A quantia do prêmio que sobrou para José após presentear a esposa e a filha foi de
- (A) R\$ 6.500,00
(B) R\$ 7.000,00
(C) R\$ 8.000,00
(D) R\$ 3.500,00
(E) R\$ 5.000,00
-

Noções de Legislação

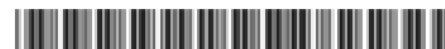
16. Claudionor é servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região onde exerce função de confiança de natureza gerencial. Claudionor foi convidado para participar de determinado seminário, sendo-lhe oferecida remuneração e pagamento das despesas da viagem pelo promotor do evento. Com base apenas nas informações fornecidas, de acordo com o Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (Resolução Administrativa nº 11/2022), Claudionor
- (A) poderá participar do seminário, não precisando tornar pública a remuneração ou o pagamento das despesas de viagem pelo promotor do evento, tendo em vista que exerce função de confiança.
- (B) poderia participar do seminário somente se ele não fosse remunerado, pois, em razão da função que exerce, apenas é possível participar de seminários de forma voluntária, sem o recebimento de qualquer remuneração, sendo permitido, porém, o pagamento das despesas de viagem pelo promotor do evento.
- (C) poderia participar do seminário somente se ele não fosse remunerado, pois, em razão da função que exerce, apenas é possível participar de seminários de forma voluntária, sem o recebimento de qualquer remuneração, inclusive com relação ao pagamento das despesas de viagem.
- (D) não poderá participar do seminário, pois servidores que exercem função de confiança de natureza gerencial não podem participar, em nenhuma hipótese, de seminário, congressos e eventos semelhantes, sejam eles remunerados ou não.
- (E) poderá participar do seminário, desde que torne pública a remuneração, bem como o pagamento das despesas de viagem pelo promotor do evento, o qual não poderá ter interesse em decisão a ser tomada por Claudionor.
-
17. Considere:
- I. Consiste em uma ferramenta de gestão e transparência dos resultados das ações voltadas à promoção da sustentabilidade nos órgãos do Poder Judiciário, por meio do monitoramento do uso dos recursos e serviços prestados, buscando melhor eficiência do gasto público.
- II. Será elaborado e publicado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), com informações recebidas via PLS-Jud.
- III. Tem em sua composição o Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS), que compreende a criação de um indicador sintético capaz de avaliar o resultado combinado de várias dimensões distintas, de acordo com metodologia estabelecida pelo DPJ.
- De acordo com a Resolução CNJ nº 550/2024, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, com relação ao Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário, está correto o que se afirma em
- (A) III, apenas.
(B) I, II e III.
(C) II, apenas.
(D) I e II, apenas.
(E) I, apenas.
-



18. De acordo com a Resolução do CSJT nº 360/2023, que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e de Todas as formas de Discriminação no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, para os fins desta Política considera-se
- (A) gestão participativa: conjunto de normas, instruções, práticas e processos que modulam as relações hierárquicas e competências, os mecanismos de deliberação, a divisão e o conteúdo dos tempos de trabalho, o conteúdo das tarefas, os modos operatórios, os critérios de qualidade e de desempenho.
 - (B) saúde no trabalho: toda condição ou situação de trabalho que tem o potencial de comprometer o equilíbrio físico, psicológico e social dos indivíduos, e de causar acidente, doença do trabalho e/ou profissional.
 - (C) assédio sexual: conduta de conotação sexual praticada contra a vontade de alguém, sob forma verbal, não verbal ou física, manifestada por palavras, gestos, contatos físicos ou outros meios, com o efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade, ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador.
 - (D) transversalidade: violência e assédio dirigido às pessoas em virtude de seu sexo ou gênero, que impactam de forma desproporcional pessoas de um determinado sexo ou gênero, o que inclui o assédio sexual.
 - (E) cooperação horizontal, vertical e transversal: modo de gestão que, entre outros aspectos, promove a valorização e o compartilhamento da experiência de trabalho, a cooperação e a deliberação coletiva e a participação integrada de magistrados e servidores em pesquisas, consultas, grupos gestores, com o objetivo de identificar problemas e propor melhorias no ambiente de trabalho e institucionais.
19. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região,
- (A) a Subseção Especializada em Dissídios Individuais I (SEDI-I) é composta por onze desembargadores e a Subseção Especializada em Dissídios Individuais II (SEDI-II) por dezoito, já incluído o presidente da Seção.
 - (B) os cargos da administração do Tribunal não admitem acumulação com quaisquer outros cargos ou funções, sendo vedada, inclusive, a participação do Presidente e do Vice-Presidente na Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SEDIC).
 - (C) as Turmas do Tribunal são constituídas por cinco desembargadores, não podendo ter assento, na mesma Turma ou Seção Especializada, cônjuges e parentes consanguíneos ou afins em linha reta, bem como em linha colateral, até o sexto grau.
 - (D) o Órgão Especial é constituído por dezesseis membros, para o exercício de funções exclusivamente jurisdicionais delegadas da competência do Tribunal Pleno, sendo que o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor Regional o integram.
 - (E) o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região compõe-se de cinquenta e quatro desembargadores, sendo que cada um deles terá três assessores, bacharéis ou não em Direito, de sua livre indicação, nomeados pelo Presidente do Tribunal.
20. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região,
- (A) o Presidente da Seção Especializada em Dissídios Individuais, nas ausências, impedimentos e suspeições, será substituído, na deliberação de questões administrativas do órgão, pelo desembargador mais antigo do órgão, abrangidas as duas Subseções, ainda que seja Presidente de Turma.
 - (B) o Presidente da Seção Especializada em Dissídios Individuais, nas ausências, impedimentos e suspeições, será substituído, nas sessões de julgamento das Subseções, pelo desembargador mais antigo, componente da Subseção, presente à sessão, ainda que seja Presidente de Turma.
 - (C) o Presidente do Tribunal presidirá exclusivamente o Tribunal Pleno, sendo substituído nas ausências, impedimentos e suspeições, sucessivamente, pelo Vice-Presidente e pelo desembargador mais antigo do órgão, desde que não seja Presidente de Turma.
 - (D) as Turmas são presididas pelo mais antigo dentre os desembargadores que as compõem, fazendo-se a substituição, em caso de ausência, impedimento ou suspeição, segundo a ordem de antiguidade.
 - (E) a Seção Especializada em Dissídios Coletivos será presidida pelo Presidente do Tribunal, dando-se sua substituição, nas ausências, impedimentos e suspeições, sucessivamente, pelo Vice-Presidente, pelo Corregedor Regional, pelo Vice-Corregedor Regional e pelo desembargador mais antigo presente à sessão.

Noções de Direitos Humanos

21. De acordo com a Resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) nº 368/2023, o Comitê Gestor Nacional do Programa de Raça, Gênero e Diversidade, instituído no âmbito do CSJT, é composto por membros efetivos, dentre os quais,
- (A) três servidores(as) do Tribunal Superior do Trabalho ou do CSJT, indicados pela Presidência do CSJT e do TST, obrigatoriamente entre servidores(as) com deficiência, negros(as), LGBTQIAP+, mulheres com mais de 65 anos.
 - (B) um(a) Ministro(a) Coordenador(a), indicado(a) pela Presidência do CSJT, sendo que os(as) magistrados(as) Gestores(as) Nacionais não poderão ser reeleitos(as)/reconduzidos(as), garantindo a alternância dos membros do Comitê.
 - (C) o(a) Ministro(a) Presidente do CSJT, que o presidirá, sendo que referido Comitê reunir-se-á trimestralmente, em caráter ordinário, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias pela Presidência ou pela Coordenação Nacional do Programa.
 - (D) um(a) Ministro(a) Vice-Coordenador(a) indicado(a) pelo Coordenador do CSJT, sendo que os(as) magistrados(as) e servidores(as) que tiverem sido punidos judicialmente, com sentença transitada em julgado, não poderão integrar o Comitê, não se aplicando essa vedação se a punição tiver sido apenas na esfera administrativa.
 - (E) cinco magistrados(as), representando cada uma das cinco regiões do país, indicados pela Presidência do CSJT, sendo obrigatoriamente: um(a) magistrado(a) com deficiência, um(a) magistrado(a) negro(a), um(a) magistrado(a) LGBTQIAP+, uma magistrada mulher e um magistrado homem com mais de 70 anos.



22. De acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos,

- (A) ninguém pode ser condenado por ações ou omissões que, no momento em que forem cometidas, não sejam delituosas, de acordo com o direito aplicável. Tampouco se pode impor pena mais grave que a aplicável no momento da perpetração do delito. Se depois da perpetração do delito a lei dispuser a imposição de pena mais leve, o delinquente não será por isso beneficiado.
- (B) todo cidadão deve gozar do direito de votar e ser eleito em eleições periódicas autênticas, realizadas por sufrágio universal e igual e por voto secreto que garanta a livre expressão da vontade dos eleitores, sendo que a lei pode regular o exercício desse direito exclusivamente por motivos de idade, capacidade civil ou mental ou condenação em processo penal.
- (C) toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de um prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade não pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo.
- (D) ninguém deve ser constrangido a executar trabalho forçado ou obrigatório, sendo assim considerados, inclusive, os serviços normalmente exigidos de pessoa reclusa em cumprimento de sentença e o serviço imposto em caso de perigo ou calamidade, ainda que ameace o bem-estar da comunidade.
- (E) os processados devem ficar separados dos condenados, salvo em circunstâncias excepcionais, e ser submetidos a tratamento adequado à sua condição de pessoas não condenadas. Os menores, quando puderem ser processados, devem ser separados dos adultos e conduzidos a tribunal especializado, com a maior rapidez possível, para seu tratamento.

23. De acordo com o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional,

- (A) o Tribunal não será competente para julgar as pessoas físicas que praticarem crimes previstos no Estatuto, não as podendo considerar individualmente responsáveis nem as punir.
- (B) são da competência do Tribunal, exclusivamente, os crimes contra a humanidade, o crime de genocídio e os crimes de guerra.
- (C) salvo disposição contrária do Estatuto, nenhuma pessoa poderá ser julgada pelo Tribunal por atos constitutivos de crimes pelos quais este já a tenha condenado ou absolvido.
- (D) uma pessoa poderá ser considerada criminalmente responsável, nos termos do Estatuto, por uma conduta anterior a sua entrada em vigor.
- (E) se o direito aplicável a um caso for modificado antes ou depois de proferida sentença definitiva, aplicar-se-á sempre a nova regra à pessoa objeto de inquérito, acusada ou condenada.

24. Considere:

- I. Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, sendo que esse direito pode ser invocado inclusive em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum, não podendo, entretanto, ser motivada por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.
- II. Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto em público ou em particular.
- III. Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

25. De acordo com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas,

- (A) os povos e pessoas indígenas têm o direito de pertencer a uma comunidade ou nação indígena, em conformidade com as tradições e costumes da comunidade ou nação em questão. Nenhum tipo de discriminação poderá resultar do exercício desse direito.
- (B) não se desenvolverão atividades militares nas terras ou territórios dos povos indígenas, ainda que essas atividades possam ser justificadas por interesse público pertinente, não podendo ser essa restrição, em nenhuma hipótese, objeto de acordo entre os envolvidos.
- (C) os povos indígenas têm o direito de revitalizar, utilizar, desenvolver e transmitir às gerações futuras suas histórias, idiomas, tradições orais, filosofias, sistemas de escrita e literaturas; porém, não possuem o direito de atribuir nomes às suas comunidades e lugares e de mantê-los.
- (D) os Estados adotarão medidas eficazes para que exclusivamente as crianças indígenas que vivam dentro de suas comunidades tenham acesso, quando possível, à educação em sua própria cultura e em seu próprio idioma.
- (E) os povos indígenas têm o direito de estabelecer seus próprios meios de informação, em seus próprios idiomas, mas não possuem o direito de ter acesso a todos os demais meios de informação não indígenas.

**Noções de Direito Administrativo**

26. A Lei nº 14.133/2021 contempla disposições que disciplinam a aplicação dos denominados procedimentos auxiliares das licitações e contratações regidas pelo referido diploma legal, entre os quais
- (A) o Estudo Técnico Preliminar, que deve ser realizado apenas quando se tratar de contratações de obras de vulto ou alta complexidade técnica.
 - (B) o Registro Cadastral, consistente em requisito prévio obrigatório de habilitação de licitantes estrangeiros para participação em licitações nacionais ou internacionais.
 - (C) a Pré-qualificação, caracterizada como a etapa interna obrigatória para compras efetuadas pelo sistema de registro de preços.
 - (D) a Manifestação de Interesse, etapa obrigatória quando adotada a modalidade concorrência ou diálogo competitivo.
 - (E) o Credenciamento, que apresenta como uma das hipóteses de aplicação contratações em mercados fluidos.
-
27. Considere que, no curso da execução de um contrato de prestação de serviços de vigilância firmado pelo Tribunal, tenha ocorrido a majoração da alíquota de imposto municipal incidente sobre os serviços prestados e a contratada venha a pleitear reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. De acordo com a legislação de regência, o pleito da contratada
- (A) apresenta viabilidade jurídica, se comprovado que se trata de evento de força maior, não gerenciável economicamente pela contratada mediante planejamento tributário adequado.
 - (B) somente poderá ser acolhido em se tratando de contrato para prestação de serviços contínuos, sendo vedada a concessão de reequilíbrio econômico-financeiro em contratações por escopo.
 - (C) possui fundamento jurídico, configurando fato do príncipe que assegura o direito à recomposição da equação econômico-financeira do contrato.
 - (D) não possui base legal, dado que somente aumento de tributos federais poderia ensejar direito a reequilíbrio econômico-financeiro.
 - (E) somente seria juridicamente cabível se configurada álea econômica extraordinária, não sendo cabível no caso de majoração de tributos de caráter geral.
-
28. Suponha que determinada empresa que tenha firmado contrato para execução de obras públicas tenha sido apenada com sanção de inidoneidade em função de infrações graves cometidas no curso da execução contratual. A aplicação da referida sanção à contratada constitui expressão do exercício, pela Administração Pública, de poder
- (A) disciplinar.
 - (B) regulamentar.
 - (C) de polícia.
 - (D) normativo.
 - (E) hierárquico.
-
29. Considere que Saulo, empresário do ramo de tecnologia, tenha sido intimado para prestar esclarecimentos no âmbito de inquérito civil instaurado para apurar a prática de ato de improbidade administrativa envolvendo superfaturamento em contratos celebrados com a Administração Pública. De acordo com as disposições constantes da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), Saulo
- (A) pode sofrer, embora não passível de caracterização como agente ativo de ato de improbidade, os mesmos efeitos da condenação imposta aos agentes públicos, caso comprovado que, independentemente de dolo específico, se beneficiou do ato improbo.
 - (B) é passível de sancionamento por ato de improbidade, se comprovado que se beneficiou do ato improbo e presente a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado.
 - (C) figura como agente passivo do ato de improbidade investigado, podendo, caso comprovada a conduta ilícita dos agentes públicos, ser atingido apenas pelos efeitos pecuniários da condenação imposta a estes.
 - (D) não é passível de sancionamento pela prática de ato de improbidade, eis que tal tipificação apenas atinge agentes públicos ou aqueles que possuam alguma espécie de vínculo funcional com a Administração Pública.
 - (E) poderá celebrar acordo de leniência para evitar o sancionamento, desde que a conduta tipificada seja culposa, pois atos de improbidade dolosos não são passíveis de acordo de não persecução civil.
-
30. Paulo, servidor público efetivo, concedeu licença de instalação de determinado empreendimento, sem atentar que o ato em questão, pela natureza do empreendimento, estava fora de sua competência funcional, sendo, na verdade, da alçada decisória do coordenador do departamento em que atua, seu superior hierárquico. Ocorre que o empreendimento já havia sido iniciado e o particular solicitou, assim, a convalidação da licença expedida. Considerando que a licença em questão configura ato vinculado, o pleito do particular afigura-se juridicamente
- (A) vedado, pois vícios relativos a competência não são passíveis de saneamento, facultada a edição de novo ato pela autoridade competente.
 - (B) possível, porém apenas com efeitos a partir da convalidação, sendo inviável a preservação dos efeitos produzidos pelo ato proferido por autoridade incompetente.
 - (C) inviável, eis que apenas atos discricionários são passíveis de convalidação de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da Administração Pública.
 - (D) possível, em se tratando de competência não privativa ou não exclusiva, mantendo-se os efeitos produzidos pelo ato convalidado.
 - (E) possível, desde que ainda não decorrido o prazo decadencial para a convalidação, o qual, em regra, é de 90 dias para atos vinculados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Uma equipe de TI, atuando em um projeto importante, consultou o guia PMBOK 7ª edição sobre como realizar o balanceamento de restrições concorrentes, como datas de entrega fixas, conformidade com códigos regulatórios, orçamento predeterminado e políticas de qualidade. O guia informou que se deve equilibrar essas restrições variáveis, mantendo-se a satisfação das partes interessadas, o que pode incluir uma reunião com o cliente ou dono do produto para apresentar alternativas e implicações. Além disso, a equipe consultou o guia sobre a forma de aquisição de recursos por licitação. O guia informou que o processo de licitação inclui o desenvolvimento e divulgação de documentos de licitação, reunião com licitantes e seleção de licitantes. Ambas as informações obtidas do guia constam do domínio de desempenho
- (A) da complexidade do projeto.
 - (B) da medição do projeto.
 - (C) das partes interessadas.
 - (D) de trabalho do projeto.
 - (E) da entrega.
-
32. No contexto do processo de desenvolvimento de *software*, diferentes *frameworks*, normas e metodologias podem ser aplicados para garantir qualidade, conformidade e eficiência, como
- (A) o CMMI e o MR-MPS-SW, que não recomendam o desenvolvimento *low-code* e *no-code*, uma vez que estes podem comprometer a qualidade do *software*.
 - (B) a notação BPMN, que substituiu a UML 2.5 por ter sido descontinuada em processos de Engenharia de *Software* modernos, independentemente do domínio de aplicação do sistema em desenvolvimento.
 - (C) o MR-MPS-SW 2023, que eliminou a necessidade do processo Engenharia de Requisitos do nível G, uma vez que essa responsabilidade foi transferida para o processo Projeto e Construção Ágil do Produto do nível F, que preconiza o uso de metodologias como Scrum e XP.
 - (D) o CMMI-DEV v2.0, no qual as práticas de Engenharia de *Software* são abordadas de forma independente dos níveis de maturidade organizacional, permitindo que uma organização alcance a certificação em um único processo de avaliação direta.
 - (E) a norma ABNT NBR ISO/IEC/IEEE 12207:2021, que define que o processo de definição de requisitos de sistema/*software* tem como objetivo transformar as capacidades desejadas dos *stakeholders*, visão orientada ao usuário, em uma visão técnica que atenda às necessidades operacionais do usuário.
-
33. Considere os elementos BPMN a seguir:



Ao se aplicar os elementos da figura em um diagrama BPMN, o *gateway*

- (A) Inclusivo é obrigatório sempre que um fluxo precisar de múltiplas tarefas ocorrendo ao mesmo tempo, pois é a melhor forma de modelar execuções simultâneas em BPMN.
 - (B) Paralelo Convergente, ao receber múltiplas entradas, dispara a saída assim que recebe qualquer uma delas, sem ter que esperar todas as entradas serem concluídas.
 - (C) Paralelo é utilizado para representar fluxos de atividades que ocorrem simultaneamente, sem a necessidade de condições para a tomada de decisão.
 - (D) Exclusivo (XOR) e o *gateway* Paralelo (OR) podem funcionar da mesma forma, pois ambos separam o fluxo em múltiplos caminhos alternativos.
 - (E) Paralelo e o *gateway* Exclusivo não podem ter mais de duas saídas ou duas entradas, pois o modelo limita a divisão e a junção dos fluxos a, no máximo, dois caminhos simultâneos, para que fiquem em conformidade com as portas lógicas aos quais correspondem.
-
34. Um Tribunal Regional do Trabalho precisa aprimorar a utilização das práticas da ITIL 4 para melhorar a gestão e a governança de TI, visando garantir a continuidade dos serviços digitais utilizados por magistrados, servidores e jurisdicionados. Para isso, a equipe deve utilizar a prática
- (A) Gestão Técnica visando coordenar o registro, a categorização e a resolução rápida de falhas nos serviços digitais do Tribunal, garantindo que os usuários sejam atendidos de forma ágil e eficiente.
 - (B) Gerenciamento da Configuração do Serviço para coletar e gerenciar informações sobre os diversos itens de configuração que compõem os serviços digitais do Tribunal, incluindo *hardware*, *software*, redes e fornecedores, visando garantir maior estabilidade e confiabilidade dos sistemas.
 - (C) Gestão de Eventos para analisar as causas raízes de falhas recorrentes nos serviços digitais do Tribunal, identificando padrões e prevenindo incidentes futuros.
 - (D) Gestão de Nível de Serviço visando controlar e minimizar os impactos de mudanças nos sistemas do Tribunal, garantindo que todas as alterações sejam avaliadas e aprovadas antes da implementação.
 - (E) Gestão de Problemas para definir e monitorar acordos entre a TI e os usuários do Tribunal, estabelecendo expectativas sobre qualidade, disponibilidade e desempenho dos serviços digitais.



35. Considere o seguinte trecho de código PHP que utiliza herança de classe. O código calcula o valor das férias de um trabalhador, incluindo o adicional de 1/3 sobre o salário.

```
<?php

class FériasBase {
    public function calcularFérias($salario, $dias) {
        return ($salario / 30) * $dias;
    }
}

class FériasComBonus extends FériasBase {
    public function calcularFériasComBonus($salario, $dias) {
        $fériasBase = I;
        return $fériasBase + ($salario * 0.33);
    }
}
```

Para que o trecho de código acima possa ser executado em condições ideais, a lacuna **I** deve ser corretamente preenchida com:

- (A) `FériasBase::calcularFérias($salario, $dias)`
 - (B) `self::calcularFérias($salario, $dias)`
 - (C) `parent.calcularFérias($salario, $dias)`
 - (D) `$this.calcularFérias($salario, $dias)`
 - (E) `parent::calcularFérias($salario, $dias)`
-
36. O trecho de código C# a seguir mostra uma classe derivada de um sistema de cálculo de rescisão trabalhista. O código recebe o salário base e o tempo de serviço (em meses) do trabalhador para calcular a indenização proporcional.

```
I {
    public static double CalcularRescisao(double salarioBase, int mesesTrabalhados)
    {
        double indenizacao = salarioBase * mesesTrabalhados / 12;
        return II;
    }
}
```

Considerando o conceito de herança em C# e que o código será executado em condições ideais, as lacunas **I** e **II** são, correta e respectivamente, preenchidas com

- (A) `public class CalculoRescisao : Object`
`indenizacao`
 - (B) `override class Rescisao : Object`
`this.indenizacao`
 - (C) `class CalculoRescisaoSalario extends Object`
`indenizacao*salarioBase`
 - (D) `public class Rescisao : BaseClass`
`this.mesesTrabalhados*indenizacao`
 - (E) `class BaseRescisao inherit Object`
`indenizacao`
-
37. Considere o seguinte trecho de código em Python, que calcula o valor do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) com base no salário do trabalhador. O FGTS é calculado como 8% do salário.

```
def calcular_fgts(salario):
    return salario * 0.08
```

Em condições ideais, o código equivalente em Visual Basic, que mantém a mesma lógica e cálculo, é:

- (A) `Function CalcularFGTS(salario As Double) As Double`
`Return salario * 0.08`
`End Function`
- (B) `public double calcularFGTS(double salario) {`
`return salario * 0.08;`
`}`
- (C) `function FGTS(salario As Double) As Double`
`return salario / 0.08`
`end function`
- (D) `Sub CalcularFGTS(salario As Double)`
`salario = salario * 0.08`
`End Sub`
- (E) `function calcularFGTS($salario) {`
`return $salario * 8;`
`}`



38. Considere o seguinte trecho de código em PL/SQL:

```
SELECT nome, FLOOR(MONTHS_BETWEEN(SYSDATE, data_admissao) / 12) AS anos_servico,
        MOD(MONTHS_BETWEEN(SYSDATE, data_admissao), 12) AS meses_servico
FROM funcionarios
WHERE status = 'Ativo';
```

Ao ser executado em condições ideais, este comando

- (A) erra ao calcular o tempo de serviço, pois deveria ter sido usado `EXTRACT(YEAR FROM SYSDATE) - EXTRACT(YEAR FROM data_admissao)`, uma vez que `EXTRACT` já retorna a diferença correta de anos e meses.
- (B) erra ao calcular o tempo de serviço, pois deveria ter sido usado `DATEDIFF(YEAR, data_admissao, SYSDATE)`, que retorna diretamente os anos completos.
- (C) calcula o tempo de serviço dos funcionários ativos somando diretamente os meses obtidos pela função `MONTHS_BETWEEN`, sem necessidade de divisão ou modulação.
- (D) calcula o tempo de serviço dos funcionários ativos, obtendo a diferença total de meses entre a data atual `SYSDATE` e `data_admissao`, convertendo os valores em anos e meses utilizando `FLOOR` e `MOD`.
- (E) erra ao calcular o tempo de serviço, pois deveria ter sido utilizado apenas `ROUND(MONTHS_BETWEEN(SYSDATE, data_admissao) / 12)`, pois não há necessidade de calcular separadamente os anos e meses.

39. Um Tribunal Regional do Trabalho deseja consultar a quantidade de audiências realizadas nos últimos 3 meses para o tipo de processo trabalhista 'RESCISÃO CONTRATUAL'. Em um banco de dados PostgreSQL, aberto e funcionando em condições ideais, a consulta é obtida usando-se o comando:

- (A)

```
SELECT COUNT(*)
FROM audiencias
WHERE tipo_processo = 'RESCISÃO CONTRATUAL'
AND data_audiencia >= MAKE_INTERVAL(months := 3);
```
- (B)

```
SELECT COUNT(*)
FROM audiencias
WHERE tipo_processo = 'RESCISÃO CONTRATUAL'
AND data_audiencia >= CURRENT_DATE - INTERVAL '3 MONTH';
```
- (C)

```
SELECT COUNT(*) AS total
FROM audiencias
WHERE tipo_processo = 'RESCISÃO CONTRATUAL'
AND data_audiencia >= CURRENT_DATE - '90 DAYS';
```
- (D)

```
SELECT COUNT(*)
FROM audiencias
WHERE tipo_processo = 'RESCISÃO CONTRATUAL'
AND data_audiencia >= NOWDATE() - INTERVAL '3 MONTH';
```
- (E)

```
SELECT COUNT(*)
FROM audiencias
WHERE tipo_processo = 'RESCISÃO CONTRATUAL'
AND data_audiencia >= DATE_TRUNC('MONTH', NOW()) - '3 MONTHS';
```

40. Um Analista de um Tribunal Regional do Trabalho foi solicitado a consultar os benefícios concedidos a funcionários de diferentes empresas e apresentar a quantidade total de benefícios pagos por empresa para aquelas que tenham concedido mais de 5 benefícios nos últimos 12 meses. Utilizando um banco de dados Oracle 19c, aberto e em condições ideais, o comando que faz a consulta é:

- (A)

```
SELECT empresa, COUNT(*) AS total_beneficios
FROM beneficios
WHERE data_concessao BETWEEN SYSDATE AND SYSDATE - 365
GROUP BY empresa
HAVING COUNT(*) > 5;
```
- (B)

```
SELECT empresa, COUNT(*) AS total_beneficios
FROM beneficios
WHERE data_concessao <= ADD_MONTHS(SYSDATE, -12)
GROUP BY empresa
HAVING COUNT( ) > 5;
```
- (C)

```
SELECT empresa, COUNT(*) AS
total_beneficios FROM beneficios
WHERE data_concessao >= ADD_MONTHS(TRUNC(SYSDATE), -12)
GROUP BY empresa
HAVING COUNT(*) > 5;
```
- (D)

```
SELECT empresa, COUNT(*) AS total_beneficios
FROM beneficios
WHERE EXTRACT(YEAR FROM data_concessao) := EXTRACT(YEAR FROM SYSDATE) - 1
GROUP BY empresa
HAVING COUNT(*) > 5;
```
- (E)

```
SELECT empresa, SUM(beneficio) AS total_beneficios
FROM beneficios
WHERE data_concessao >= ADD_MONTHS(SYSDATE, -12)
GROUP BY empresa
HAVING SUM(beneficio) > 5;
```



41. Considere o seguinte comando PowerShell que será executado em um ambiente Microsoft Windows Server, com as devidas permissões, em condições ideais.

```
Get-WsusClassification | Where-Object -FilterScript {$_.Classification.Title -Eq "Drivers"} |  
Set-WsusClassification -Disable
```

Esse comando configura o WSUS (*Windows Server Update Services*) para

- (A) remover todas as atualizações de *drivers* já baixadas no WSUS, liberando espaço em disco e impedindo futuras sincronizações desses pacotes.
 - (B) aplicar automaticamente atualizações de *drivers* apenas para dispositivos que já possuem versões anteriores instaladas.
 - (C) ativar a sincronização de atualizações de *drivers*, garantindo que *drivers* de dispositivos sejam distribuídos para os clientes automaticamente.
 - (D) excluir permanentemente a categoria de atualizações de *drivers* do WSUS, impedindo qualquer possibilidade de ativação futura sem reinstalar o serviço.
 - (E) desabilitar as atualizações de *drivers*, de forma que novos *drivers* não sejam baixados e distribuídos pelo WSUS, mas sem afetar outras categorias de atualizações.
42. Um Tribunal Regional do Trabalho está modernizando seu sistema de gestão processual para melhorar a escalabilidade, segurança e manutenibilidade. A equipe de TI está avaliando diferentes arquiteturas para a nova solução e chegou à conclusão correta que
- (A) uma arquitetura *peer-to-peer* (P2P) é ideal, pois designa um *host* como servidor e as outras máquinas como clientes. Como o servidor precisa estar online o tempo todo, oferece boa conectividade, garantindo a escalabilidade necessária aos sistemas judiciais.
 - (B) a melhor abordagem é utilizar arquitetura baseada em objetos distribuídos, pois permite que componentes remotos compartilhem diretamente seus estados e métodos, sem a necessidade de protocolos intermediários, através de objetos do tipo *trapper*, garantindo eficiência dos sistemas judiciais.
 - (C) uma arquitetura monolítica é a melhor escolha, pois centraliza toda a lógica do sistema judicial em um único código-fonte, facilitando a escalabilidade, a evolução modular e a manutenção ao evitar complexidades associadas à comunicação entre serviços.
 - (D) uma arquitetura orientada a serviços (SOA) é a mais indicada, pois permite a criação de módulos independentes que podem se comunicar por *web services* ou mensageria assíncrona, facilitando a reutilização, a escalabilidade e a integração com outros sistemas judiciais.
 - (E) o modelo cliente-servidor tradicional é o mais indicado, pois separa interface e processamento de dados, garantindo que a aplicação possa crescer sem necessidade de modificação na infraestrutura, além de oferecer desacoplamento adequado e modularidade necessária para integração com múltiplos serviços judiciais a sistemas externos usando o REST.

43. Considere três situações comuns em ambientes Linux relacionados à instalação, configuração e administração de pacotes e serviços.
- I. Instalar um pacote específico chamado *nginx* e garantir que ele seja iniciado automaticamente na inicialização do sistema.
 - II. Verificar o *status* de um serviço chamado *firewalld* e reiniciá-lo.
 - III. Monitorar o arquivo de *log* do sistema */var/log/messages*, filtrando apenas as linhas que contêm a palavra "error" (independentemente de maiúsculas ou minúsculas).

Em condições ideais e com as devidas permissões, uma Analista criou a sequência correta de comandos que resolvem as tarefas I, II e III, que é:

- (A)

```
dnf install nginx  
systemctl enable nginx  
systemctl status firewalld  
systemctl restart firewalld  
tail -f /var/log/messages | grep -i error
```
- (B)

```
rpm -ivh nginx.rpm  
systemctl nginx start  
service status firewalld  
service restart firewalld  
egrep 'error|ERROR' /var/log/messages
```
- (C)

```
yum install nginx  
chkconfig nginx on  
systemctl check firewalld  
systemctl restart firewalld  
egrep 'error|ERROR' /var/log/messages
```
- (D)

```
dnf install nginx  
systemctl enable nginx  
systemctl status firewalld  
service restart firewalld  
tail -f /var/log/messages | grep -all error
```
- (E)

```
apt-get install nginx  
systemctl enable nginx  
chkconfig status firewalld  
systemctl restart firewalld  
grep -f /var/log/messages error
```



44. O time de TI de um Tribunal Regional do Trabalho que está desenvolvendo uma aplicação *web* configurou o *Selenium WebDriver* para realizar testes de funcionalidades no navegador Chrome. Durante os testes, identificaram que o *script* falha ao tentar interagir com o botão de "Enviar", apresentando o erro *NoSuchElementException*. O desenvolvedor analisou o código e percebeu que o botão é carregado dinamicamente após a conclusão de uma animação. Nesse contexto, a abordagem mais adequada que o time deve adotar para resolver o problema e garantir que o botão seja corretamente identificado e clicado nos testes é
- (A) configurar o *WebDriver* para ignorar exceções e continuar a execução.
 - (B) atualizar o *Selenium WebDriver* e o *Selenium IDE* para as versões mais recentes.
 - (C) implementar *Implicit Wait* no *script* para executar após o carregamento do botão.
 - (D) aumentar o tempo de execução do *script* para garantir que o botão seja carregado.
 - (E) utilizar *Explicit Wait* para aguardar a presença do botão na página antes de interagir.
-
45. Um Tribunal Regional do Trabalho precisa reforçar a segurança da informação em seus sistemas, garantindo a proteção dos dados processuais e a continuidade dos serviços digitais. A equipe de TI promoveu um debate sobre a utilização de um Sistema de Prevenção de Intrusão (IPS) comparando-o a outras soluções. Eles concluíram corretamente que o
- (A) *Firewall* de borda substitui a necessidade de um IPS, pois sua função é suficiente para evitar todos os tipos de ataques e filtrar o tráfego malicioso antes que ele chegue aos servidores internos.
 - (B) *Sniffer* de Rede é uma ferramenta mais eficaz do que um IPS, pois permite capturar e analisar pacotes de dados sem causar impacto na latência da rede do Tribunal.
 - (C) IPS analisa o tráfego de rede em tempo real, identificando padrões suspeitos e bloqueando automaticamente atividades maliciosas antes que comprometam os sistemas do Tribunal, não sendo equivalente a um IDS, que apenas alerta sobre ameaças sem intervir ativamente.
 - (D) WAF (*Web Application Firewall*) analisa registros de eventos e detecta anomalias de segurança em tempo real, além de bloquear ataques automaticamente, sendo uma alternativa ao IPS.
 - (E) NAC (*Network Access Control*) é uma solução equivalente ao IPS, pois impede qualquer acesso não autorizado à rede do Tribunal, monitorando continuamente os dispositivos conectados.
-
46. Um Tribunal Regional do Trabalho está enfrentando ataques recorrentes contra seus sistemas, incluindo tentativas de negação de serviço (DoS e DDoS) e de instalação de códigos maliciosos. Para garantir a proteção e a disponibilidade dos serviços digitais, a equipe de TI optou corretamente pela
- (A) utilização de um servidor *proxy* reverso para barrar os ataques de negação de serviço, pois ele consegue filtrar e impedir que requisições maliciosas sobrecarreguem a infraestrutura de TI do Tribunal.
 - (B) utilização de VPNs e criptografia, pois estes mecanismos impedem que invasores descubram os servidores do Tribunal, reduzindo a exposição da infraestrutura e dificultando a execução de ataques DDoS direcionados.
 - (C) utilização de um serviço de mitigação de DDoS baseado em nuvem, combinado com a implementação de CDNs (*Content Delivery Networks*) e balanceadores de carga, visando reduzir o impacto dos ataques, distribuindo o tráfego e impedindo a sobrecarga nos servidores principais do Tribunal.
 - (D) instalação de um antivírus corporativo atualizado e de um sistema de detecção de *malware* para impedir ataques DDoS, pois a principal origem desse tipo de ataque são *malwares* infectando os servidores do Tribunal.
 - (E) adoção de um *firewall* tradicional e pela configuração de listas de bloqueio de IPs suspeitos para evitar ataques DDoS, pois isso impede a entrada de todo tráfego malicioso antes de atingir os servidores.
-
47. A norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2022 recomenda que as informações relacionadas às ameaças à segurança da informação sejam coletadas e analisadas para produzir inteligência de ameaças. A equipe de TI de um Tribunal Regional do Trabalho, ao realizar a coleta, dividiu essa inteligência de ameaças nas três camadas indicadas pela norma, conforme a seguir:
- I. troca de informações de alto nível sobre o cenário de ameaças em mudança.
 - II. detalhes sobre ataques específicos, incluindo indicadores técnicos.
 - III. informações sobre as metodologias dos atacantes, ferramentas e tecnologias envolvidas.
- As camadas I, II e III correspondem, correta e respectivamente, às inteligências de ameaças denominadas:
- (A) tática, operacional e estratégica.
 - (B) de alto nível, de nível técnico e de nível tecnológico.
 - (C) de alto nível, de baixo nível e de médio nível.
 - (D) de mudança, de detalhes e de tecnologias.
 - (E) estratégica, operacional e tática.



48. O funcionamento do SNMP se baseia na comunicação entre agentes e gerentes. Um exemplo de gerente SNMP é o
- (A) *Logstash*, que é uma ferramenta de busca e análise de dados baseado em índices *Object Identifiers* (OIDs).
 - (B) *Elasticsearch*, que é um mecanismo de coleta, processamento e envio de *logs* para os agentes SNMP.
 - (C) *Grafana*, que é uma ferramenta para visualização e análise de dados em tempo real, focada na emissão de alertas de segurança.
 - (D) *Zabbix*, que permite centralizar a coleta e análise de dados dos dispositivos de rede.
 - (E) *Kibana*, que é uma ferramenta de visualização de dados e *dashboards* com funcionalidade de análise automática de *logs*.
-
49. Em uma aplicação web, um Tribunal Regional do Trabalho decide usar RabbitMQ para gerenciar notificações de processos trabalhistas. A configuração recomendada que garante que mensagens não sejam perdidas em caso de reinício do servidor RabbitMQ é
- (A) configurar *retries* automáticos no consumidor.
 - (B) configurar o TTL das mensagens para infinito.
 - (C) habilitar filas duráveis e mensagens persistentes.
 - (D) configurar *Webhooks* para reenvio.
 - (E) usar um banco de dados externo para armazenar mensagens.
-
50. Durante o *deploy* de uma aplicação com Docker, os *logs* mostram que o contêiner não inicia devido à falta de permissões no sistema de arquivos. Nesse caso, a solução mais apropriada é
- (A) reiniciar o Docker Daemon no servidor.
 - (B) configurar permissões adequadas no *host* para o volume montado.
 - (C) reconstruir a imagem Docker com um novo usuário *root*.
 - (D) alterar o diretório de *logs* para uma pasta temporária.
 - (E) usar o comando `docker exec` para corrigir permissões dentro do contêiner.
-
51. O serviço de *e-mail* permite a troca de mensagens eletrônicas entre usuários através de redes de computadores. Envolvem componentes como clientes de *e-mail*, servidores de envio
- (A) SMTP e servidores de recebimento POP3/IMAP.
 - (B) SMTP/POP3 e servidores de recebimento IMAP.
 - (C) POP3 e servidores de recebimento IMAP/SMTP.
 - (D) IMAP e servidores de recebimento POP3/SMTP.
 - (E) POP3/IMAP e servidores de recebimento SMTP.
-

52. Considere os servidores de aplicação e os arquivos de configuração a seguir:

Servidor:

1. *JBoss (WildFly)*
2. *Apache HTTP Server*
3. *Internet Information Services (IIS)*

Arquivo de configuração:

- a. `domain.xml`
- b. `applicationHost.config`
- c. `standalone.xml`
- d. `httpd.conf`

A correta correlação entre servidor e arquivo de configuração é:

- (A) 1-a – 2-d – 3-c – 3-b.
- (B) 1-a – 1-c – 2-d – 3-b.
- (C) 1-b – 2-a – 3-c – 3-d.
- (D) 1-d – 2-c – 3-a – 3-b.
- (E) 1-c – 1-d – 2-b – 3-a.



53. Um administrador de redes recebeu um chamado de um usuário relatando que alguns dispositivos do Tribunal não estão conseguindo acessar a internet. Ao analisar a configuração dos computadores e roteadores, ele percebeu que alguns dispositivos possuem endereços IPv6, enquanto outros estão apenas com IPv4 configurado. Além disso, o roteador do Tribunal foi recentemente atualizado para suportar apenas pilha única IPv6 na interface WAN. Nesse cenário, para resolver o problema de conectividade dos dispositivos IPv4, ele deve
- (A) configurar um servidor DNS interno para traduzir endereços IPv6 para IPv4 e permitir a conectividade dos dispositivos IPv4.
 - (B) criar túneis GRE entre os dispositivos IPv4 internos e a internet para estabelecer a conectividade de forma transparente.
 - (C) ativar o protocolo 6to4 no roteador para encapsular pacotes IPv4 dentro de IPv6 e permitir a comunicação com a internet.
 - (D) configurar um servidor DHCPv6 na rede para distribuir endereços IPv6 para os dispositivos que ainda estão utilizando IPv4.
 - (E) habilitar NAT64 no roteador para permitir que dispositivos IPv4 internos possam se comunicar com redes IPv6 externas.
-
54. As redes sem fio (Wi-Fi) operam com base em padrões desenvolvidos pelo *Institute of Electrical and Electronics Engineers* (IEEE), dentro da família 802.11. Nessa família de padrões, o IEEE 802.11ax
- (A) continua vulnerável à interferência, pois ainda opera na faixa de 2,4 GHz, atingindo velocidade máxima de até 6,9 Gbps.
 - (B) introduz *Multiple Input Multiple Output* (MIMO), *Dual-band* (2,4 GHz e 5 GHz) e *Multiple Amplitude Modulation* (MAM).
 - (C) introduz *Orthogonal Frequency Division Multiple Access* (OFDMA), *Multi-User MIMO* (MU-MIMO) aprimorado e *Target Wake Time* (TWT).
 - (D) opera na frequência de 2,4 GHz e 5 GHz, com velocidade máxima de 600 Mbps.
 - (E) é conhecido como Wi-Fi 5 e utiliza modulação *Orthogonal Frequency Division Multiplexing* (OFDM) com 256-QAM (*Quadrature Amplitude Modulation*).
-
55. Um Tribunal Regional do Trabalho deseja implementar um sistema de autenticação centralizado para seus diversos aplicativos internos e externos. Decidiu, para isso, utilizar o *Keycloak* como *Identity Provider* (IdP) e configurar a autenticação e autorização dos usuários por meio do OAuth2. Durante a implementação, a equipe de segurança precisa garantir que os fluxos de autenticação estejam corretamente configurados e que os aplicativos tenham acesso seguro aos recursos protegidos. Nesse cenário,
- (A) o *Keycloak* pode atuar como um *Authorization Server* dentro do fluxo OAuth2, permitindo a emissão de *tokens* de acesso e *refresh tokens* para aplicações cliente.
 - (B) o *Keycloak* apenas suporta OAuth2 para autenticação federada, sendo necessário utilizar um provedor externo como o Azure AD ou Google Identity para permitir *login* unificado.
 - (C) no OAuth2, ao utilizar *Keycloak* como IdP, o fluxo de *Implicit Grant* deve ser sempre a opção preferida para aplicações web modernas, pois é o mais seguro e recomendado atualmente.
 - (D) aplicações cliente que precisam acessar APIs protegidas devem utilizar o *Authorization Code Lazy* (ACL) combinado com *Proof Authority for Code Exchange* (PACE) para aumentar a segurança na troca de *tokens*.
 - (E) o protocolo OAuth2, implementado no *Keycloak*, permite a geração de *Access Tokens* e *ID Tokens*, mas não suporta *Refresh Tokens* para renovação de sessão.
-
56. Após expandir sua infraestrutura de rede com a adição de novos *switches* para conectar mais departamentos e um novo roteador para otimizar a conexão com a internet, os funcionários de um Tribunal Regional do Trabalho relatam que conseguem acessar recursos internos, mas não conseguem acessar sites externos. A provável causa do problema é que
- (A) o roteador não suporta a comunicação com *switches* gerenciáveis, o que impede a conexão com a internet.
 - (B) a falta de um servidor DHCP está impedindo que os dispositivos obtenham endereços IP válidos para acessar a internet.
 - (C) os *switches* não foram configurados corretamente para realizar a função de roteamento entre redes internas e externas.
 - (D) o roteador não possui uma rota padrão configurada para encaminhar o tráfego para a internet.
 - (E) os *switches* estão bloqueando o tráfego HTTP e HTTPS, impedindo o acesso à internet e à intranet.
-
57. Um Tribunal Regional do Trabalho deseja segmentar sua rede para melhorar a segurança e o desempenho. O administrador de redes decide configurar VLANs para separar o tráfego dos diferentes departamentos. Para que os *switches* consigam identificar corretamente os pacotes pertencentes a cada VLAN e permitir a segmentação lógica do tráfego, o padrão que deve ser implementado é o IEEE
- (A) 802.1Q
 - (B) 802.3af
 - (C) 802.3z
 - (D) 802.1D
 - (E) 802.1X



58. O RFC 2544 estabelece metodologias para testes de dispositivos de interconexão de rede, incluindo o teste de *frame loss*, que
- (A) mede a perda de quadros em diferentes cargas de tráfego, avaliando a degradação do desempenho do dispositivo.
 - (B) mede a eficiência do protocolo Ethernet no reenvio automático de pacotes perdidos em dispositivos de rede.
 - (C) avalia o número de pacotes descartados por falhas nos protocolos de roteamento, como OSPF e BGP.
 - (D) avalia a latência acumulada ao longo do tempo conforme o tráfego da rede aumenta.
 - (E) mede a capacidade do dispositivo de priorizar pacotes em uma rede congestionada usando QoS.

59. Considere o código JavaScript a seguir:

```
let tipoCaso = "criminal";
let acesso;
if (tipoCaso === "criminal") {
    acesso = "Audiência aberta ao público.";
} else if (tipoCaso === "familiar") {
    acesso = "Audiência sigilosa.";
} else {
    acesso = "Acesso analisado caso a caso.";
}
console.log(acesso);
```

Substituindo o bloco de comparação `if`, `else if`, `else` pela utilização de operador ternário, teremos, para manter o mesmo sentido e resultado:

- (A) `acesso = tipoCaso == "criminal" -> "Audiência aberta ao público."`
 `? tipoCaso == "familiar" -> "Audiência sigilosa."`
 `? "Acesso analisado caso a caso.";`
- (B) `acesso = tipoCaso === "criminal" ? "Audiência aberta ao público."`
 `: tipoCaso === "familiar" ? "Audiência sigilosa."`
 `: "Acesso analisado caso a caso.";`
- (C) `acesso = tipoCaso == "criminal" >> "Audiência aberta ao público."`
 `: tipoCaso == "familiar" >> "Audiência sigilosa."`
 `: "Acesso analisado caso a caso.";`
- (D) `acesso = tipoCaso === "criminal" ? "Audiência aberta ao público."`
 `| tipoCaso === "familiar" ? "Audiência sigilosa."`
 `| "Acesso analisado caso a caso.";`
- (E) `acesso = tipoCaso == "criminal" : "Audiência aberta ao público."`
 `? tipoCaso == "familiar" : "Audiência sigilosa."`
 `? "Acesso analisado caso a caso.";`

60. No *prompt* de comandos de uma máquina com Windows 11, que possui todos os recursos necessários para o funcionamento ideal do Angular instalados, como Node.js, npm e angular CLI, para criar um projeto Angular chamado `site` utiliza-se o comando:
- (A) `ng @angular/site`
 - (B) `npm new site`
 - (C) `npm @angular/site`
 - (D) `ng new site`
 - (E) `create new projet site`



PROVA DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais: Conforme Edital publicado, Capítulo 11: itens 11.2 A Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de 01 (uma) questão prática, para a qual o candidato deverá apresentar, por escrito, as soluções. [...] 11.9 Será atribuída **nota ZERO** à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: a) fugir ao tema proposto; b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) apresentar qualquer sinal, marca, risco, desenho, rubrica, assinatura ou nome, feito pelo candidato, nas linhas destinadas à resposta definitiva que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; d) estiver em branco; e) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; f) for assinada fora do local apropriado; g) não atender aos requisitos definidos na grade de correção/espelho de correção/máscara de critérios definidos pela Banca Examinadora. [...] 11.13 Não será permitida nenhuma espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações. 11.14 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso, deverá ser rigorosamente observado o **limite máximo de 15 (quinze) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova Discursiva-Estudo de Caso. 11.15 A folha para rascunho no caderno de provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora.

QUESTÃO 1

Uma equipe de desenvolvimento de *software* foi encarregada de criar um Sistema de Gestão de Pautas e Agendamentos Judiciais (SGPAJ) para um Tribunal do Trabalho. O projeto utiliza Scrum (para gerenciar *backlog* e *sprints*), BPMN (para modelar o processo de criação e acompanhamento de pautas) e Keycloak (OAuth2) (para autenticação e autorização via *Single Sign-On*). O sistema será desenvolvido em arquitetura de microsserviços, visando alta escalabilidade e segurança. No fluxo BPMN, o magistrado/servidor cria a pauta (data, hora, sala), o juiz aprova, o sistema notifica as partes envolvidas e todos podem acompanhar o *status* (confirmada, cancelada, remarcada). Cada microsserviço valida o *token* de acesso (JWT) fornecido pelo Keycloak, respeitando as permissões adequadas (juiz, servidor, advogado etc.). Além dos requisitos funcionais (criar pautas, notificar, acompanhar), a solução deve atender requisitos não funcionais de desempenho, segurança e auditabilidade.

Considere que você faz parte do time de desenvolvimento e foi solicitado a fazer os seguintes esclarecimentos:

- explicar como o processo modelado em BPMN garante a integridade das pautas de audiência.
- explicar como o uso de Scrum impacta a entrega e a evolução contínua do SGPAJ.
- justificar a escolha de microsserviços e explicar os benefícios que eles trazem em termos de escalabilidade.
- explicar como a integração com Keycloak (OAuth2) assegura a proteção dos *endpoints* REST.

Observação: É obrigatório indicar na resposta a letra correspondente ao item respondido.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	